

Excelentíssima Senhora Presidente
da Assembleia Legislativa
da Região Autónoma dos Açores

Assunto: **Requerimento – Atraso no pagamento de retroativos a professores contratados (2)**


Excelência,

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Deputado subscritor envia a V. Exa um requerimento solicitando ao Governo Regional informação sobre o assunto em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos *e com a minha mais pessoal*

Ponta Delgada, 08 de junho de 2015

O Deputado


(Joaquim Machado)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 1759	Proc. n.º <i>54.0300</i>
Data: <i>01/06/08</i>	N.º <i>416 IX</i>

REQUERIMENTO

Atraso no pagamento de retroativos a professores contratados (2)

Em 16 de janeiro, pp, o deputado signatário apresentou ao Governo Regional um requerimento visando a obtenção de informações relativas ao processo de pagamento de retroativos a professores contratados, decorrente da publicação do Decreto Legislativo Regional nº 23/2014/A, de 28 de novembro.

Passados os 60 dias que a legislação prevê como tempo máximo de resposta o Governo Regional continuou a nada dizer sobre o assunto.

Finalmente, a 29 de maio o Governo Regional dignou-se responder ao supracitado requerimento. Em face do tempo de demora – mais do que o dobro do legalmente estabelecido – era nossa expectativa que a dita resposta contivesse toda a informação exigida em janeiro. Enganámo-nos. Cento e trinta dias, conclui-se, não foram suficientes para que o Governo Regional ficasse habilitado a produzir a resposta a que estava obrigado. E neste caso só há duas explicações possíveis para o sucedido, a saber, falta de competência para entender o que clara e objetivamente foi requerido, ou um deliberado desrespeito pelo Parlamento e pelas normas em vigor no domínio dos direitos dos deputados e deveres do Governo Regional.

Com efeito, não foram respondidas três das cinco perguntas formuladas em janeiro, razão pela qual voltam a ser repetidas, considerando a sua pertinência para a avaliação deste processo de pagamento de retroativos aos professores contratados.

Em face do exposto, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o deputado subscritor vem novamente requerer ao Governo Regional a seguinte informação:

- 1 – Quais as razões que justificam o atraso no pagamento da diferença remuneratória a que os docentes contratados tinham direito desde novembro de 2014;
- 2 – Número de professores contratados que receberam até 31 de dezembro a totalidade dos retroativos em apreço, desagregados por unidade orgânica;
- 3 – Número de professores contratados que receberam depois de 31 de dezembro de 2014 a totalidade dos retroativos referentes à diferença salarial operada pelo supracitado DLR nº 23/2014/A, de 28 de novembro, desagregado por unidade orgânica;



grupo parlamentar

Ponta Delgada, 08 de junho de 2015

O Deputado

(Joaquim Machado)